



MOURA DUBEUX ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 12.049.631/0001-84

NIRE 26.3.0001525-1

Companhia Aberta de Capital Autorizado

**MANUAL DE PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

DATA: 27 DE ABRIL DE 2023

HORÁRIO: 10 HORAS

MOURA DUBEUX ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 12.049.631/0001-84

NIRE 26.3.0001525-1

Companhia Aberta de Capital Autorizado

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023**

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	4
MANUAL DE PARTICIPAÇÃO.....	6
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	11
ANEXO I – Item 2 do Formulário de Referência da companhia	13
ANEXO II – Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2022	40
ANEXO III – Item 8 do Formulário de Referência da Companhia	44

MOURA DUBEUX ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 12.049.631/0001-84

NIRE 26.3.0001525-1

Companhia Aberta de Capital Autorizado

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023**

APRESENTAÇÃO

O presente manual de participação (“**Manual**”) tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações a V.Sa. acerca das matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Moura Dubeux Engenharia S.A. (“**Companhia**”), a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 10 horas (“**AGOE**”).

A AGOE será realizada **de modo exclusivamente digital**, ou seja, observado o disposto neste Manual e na Proposta da Administração, os acionistas poderão participar e votar na AGOE somente à distância por meio (i) do envio do boletim de voto à distância (conforme indicado abaixo), e/ou (ii) do sistema eletrônico (conforme indicado abaixo).

Assim, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada, e das disposições do estatuto social da Companhia, seguem, neste Manual, as informações a respeito dos procedimentos e prazos relativos à AGOE, bem como a apresentação da proposta da administração da Companhia para a AGOE.

MOURA DUBEUX ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 12.049.631/0001-84

NIRE 26.3.0001525-1

Companhia Aberta de Capital Autorizado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023**

Convocamos os senhores acionistas da **MOURA DUBEUX ENGENHARIA S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº 467, 13º andar, parte, Bairro do Pina, CEP 51011-050, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 26.3.0001525-1 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 12.049.631/0001-84, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 2106-7 (“**Companhia**”), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e dos artigos 4º e 6º da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”), a se se reunirem, de modo exclusivamente à distância e digital, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 10 horas (“**AGOE**”), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) apreciar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes; e
- (ii) apreciar a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia relativo ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Informações Gerais

A AGOE será realizada de modo exclusivamente à distância e digital, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto à distância, em ambos os casos nos termos previstos na Resolução CVM 81. O sistema de participação à distância adotado pela Companhia permitirá que seus acionistas participem da AGOE ao acessarem a plataforma *Tem Meetings*, desde que observadas as condições abaixo resumidas.

As informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na Proposta da Administração que poderá ser acessada por meio do website de Relações com Investidores da Companhia (ri.mouradubeux.com.br), bem como do website da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

Para participarem por meio do sistema eletrônico, os acionistas deverão se cadastrar no [link www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/?id=97B02FFC1059](http://link.www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/?id=97B02FFC1059), até às 10 horas do dia 24 de abril

de 2023, e submeter toda a documentação necessária (conforme indicada na Proposta da Administração) para permitir a participação do acionista na AGOE.

Os acionistas que não efetivarem seu cadastramento no prazo acima referido não poderão participar da AGOE, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81.

Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia enviará um e-mail confirmatório para participação do acionista por meio da plataforma digital *Ten Meetings* somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados na Proposta da Administração). **O link e senha serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.**

Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração para a AGOE; ou (iii) preencher o boletim de voto à distância disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração para a AGOE. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, na Proposta da Administração para a AGOE e no boletim de voto à distância.

Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, **a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao boletim de voto à distância** para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE.

Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos *websites* da Companhia (ri.mouradubeux.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração e a cópia dos demais documentos relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGOE.

Recife, 24 de março de 2023.

Gustavo José Moura Dubeux
Presidente do Conselho de Administração

MOURA DUBEUX ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 12.049.631/0001-84

NIRE 26.3.0001525-1

Companhia Aberta de Capital Autorizado

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023**

MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

1 Instalação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“**AGOE**”) instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, instalar-se-á com qualquer número de acionistas presentes, nos termos do artigo 125 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”).

2 Orientações para Participação dos Acionistas na AGOE

A participação dos acionistas na AGOE poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações – em ambos os casos, por meio de sistema digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”) –, ou por meio dos mecanismos de votação à distância.

2.1 Participação Presencial

Não será admitida a participação e votação presencial dos acionistas nesta AGOE.

2.2 Participação à Distância

2.2.1 Mediante envio do Boletim de Voto à Distância

O boletim de voto à distância deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81 (“**Boletim de Voto**”). Nesse caso, é imprescindível que o boletim seja preenchido com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número de inscrição no cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Além disso, para que o Boletim de Voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados no quórum da AGOE, as seguintes instruções deverão ser observadas: (i) os campos do boletim deverão estar devidamente preenchidos; e (ii) o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá(ão) assinar o Boletim de Voto.

O acionista que optar exercer direito de voto à distância por meio do Boletim de Voto poderá preenchê-lo observadas as orientações acima e enviá-lo diretamente à

Companhia, ou transmitir instruções de preenchimento a seus respectivos custodiantes/escrituradores, conforme abaixo:

Mediante envio do Boletim de Voto preenchido e assinado diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia, deverão encaminhar os documentos listados abaixo aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, por meio de correio postal ao endereço Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº 467, 13º andar (parte), Pina, CEP 51011-050, Recife, Pernambuco; ou enviar as vias digitalizadas por meio do endereço eletrônico: ri@mouradubeux.com.br.

Documentação a ser encaminhada à Companhia juntamente com o Boletim de Voto

Se Pessoa Física: (i) cópia do Boletim de Voto relativo à AGOE devidamente preenchido, rubricado e assinado; (ii) cópia do documento de identidade com foto do acionista; (iii) comprovante de titularidade das ações demonstrando sua respectiva participação acionária.

Se Pessoa Jurídica: (i) cópia do Boletim de Voto relativo à AGOE devidamente preenchido, rubricado e assinado pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; (iii) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do acionista; e (iv) o comprovante de titularidade das ações demonstrando sua respectiva participação acionária.

Se Fundo de Investimento: (i) cópia do Boletim de Voto relativo à AGOE devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo representante do fundo de investimento; (ii) cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (iii) cópia do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; (iv) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do fundo de investimento; e (v) o comprovante de titularidade das ações demonstrando sua respectiva participação acionária.

Nos termos da Resolução CVM 81, os Boletins de Voto deverão ser recebidos em até 7 (sete) dias antes da data da AGOE, ou seja, até 20 de abril de 2023 (inclusive).

Em até 3 (três) dias contados do recebimento dos referidos documentos, a Companhia comunicará o acionista, por meio do endereço eletrônico indicado pelo acionista no Boletim de Voto, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Não obstante o disposto acima, excepcionalmente para esta AGOE, a Companhia dispensará a apresentação dos originais, bem como o reconhecimento de firma dos Boletins de Voto assinados em território brasileiro e a notariação e apostilamento daqueles assinados fora do país, sendo, contudo, necessária a apresentação da tradução simples dos documentos que não tenham sido originalmente lavrados em língua diversa da portuguesa.

O Boletim de Voto encontra-se disponível nos *websites* da Companhia (ri.mouradubeux.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) (www.b3.com.br).

Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas ao escriturador das ações de emissão da Companhia

Nesta opção, os acionistas deverão realizar um cadastro e possuir um certificado digital para realizar a transmissão de suas instruções de voto ao escriturador das ações da Companhia, a Itaú Corretora de Valores S.A. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no seguinte endereço:

<https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital>.

Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas aos seus respectivos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas com instituições e/ou corretoras (“**Agentes de Custódia**”) na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”). Nesse caso, o voto à distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantêm suas posições em custódia.

O acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto à distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia com o qual mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esse último, que, na sequência, encaminhará tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento deste Boletim de Voto é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

2.2.2 Participação remota na AGOE por meio de sistema eletrônico

A participação à distância por meio de sistema eletrônico na AGOE será realizada pela plataforma *Ten Meetings* e o acionista que assim desejar participar e votar deverá observar atentamente a todas as condições abaixo indicadas, em observância ao disposto na Resolução CVM 81.

Para participarem por meio de sistema eletrônico, os acionistas deverão cadastrar-se no *link* <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=97B02FFC1059>, até às 10 horas do dia 24 de abril de 2023, e submeter no mesmo link a cópia simples digitalizada dos seguintes documentos:

Pessoa Física: (i) documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal; e (ii) comprovante de titularidade das ações demonstrando sua respectiva participação acionária.

Pessoa Jurídica: (i) cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; (ii) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do acionista;

e (iii) o comprovante de titularidade das ações demonstrando sua respectiva participação acionária.

Se Fundo de Investimento: (i) cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (ii) cópia do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; (iii) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do fundo de investimento; e (iv) o comprovante de titularidade das ações demonstrando sua respectiva participação acionária.

Aos acionistas que forem representados por meio de procuração, deverá ser apresentado o instrumento de mandato outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa física ou que não assinar a procuração em seu próprio nome, deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

Conforme entendimento do Colegiado da CVM em reunião realizada em 04 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ 2014/3578), os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados na AGOE por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade representada e conforme as regras do Código Civil ou da Lei das Sociedades por Ações, a depender do tipo societário do acionista, não sendo necessário que o mandatário seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

Os acionistas que não efetivarem seu cadastramento no prazo acima referido não poderão participar da AGOE, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81.

Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia enviará um e-mail confirmatório para participação do acionista por meio da plataforma digital *Ten Meetings* somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas ora condições apresentadas, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação. **O link e senha serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.**

O acionista devidamente cadastrado na plataforma digital que participar à distância será considerado presente à AGOE, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 47, inciso III e parágrafo 1º, da Resolução CVM 81.

O acionista que já tenha enviado o Boletim também poderá se cadastrar para participar da AGOE por meio do sistema eletrônico, desde que o faça de acordo com as orientações (em especial, observância dos prazos e apresentação dos documentos) ora indicadas, hipótese em que tal acionista poderá: (i) simplesmente participar dos trabalhos da AGOE; ou (ii) participar dos trabalhos e votar na AGOE, situação em que todas as instruções de voto recebidas por meio do Boletim para tal acionista, identificado por meio do número de sua inscrição no CPF ou CNPJ, serão desconsideradas.

Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação à distância por meio do sistema eletrônico na AGOE não receba da Companhia o *e-mail* com as instruções para acesso e participação da AGOE até às 15 horas do dia 24 de abril de 2023, deverá entrar em contato com a Companhia por meio do e-mail ri@mouradubeux.com.br, a fim de que lhe sejam reenviadas as respectivas instruções para acesso.

A participação por meio de tal plataforma digital *Ten Meetings* conjugará áudio e vídeo/imagem, sendo que os acionistas que optarem por participar desta forma deverão manter a sua câmera ligada durante o curso da AGOE com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações. A AGOE será integralmente gravada.

A Companhia recomenda, ainda, aos acionistas que pretendam solicitar sua participação na AGOE por meio da plataforma digital que se familiarizem previamente com o uso da plataforma *Ten Meetings*, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da respectiva plataforma (por vídeo e áudio).

A Companhia também solicita a tais acionistas que acessem a plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGOE, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem.

A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (como, por exemplo, instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do seu equipamento com a plataforma digital).

3 Esclarecimentos Adicionais

Nos termos da Resolução CVM 81, os documentos de interesse dos acionistas para a participação na AGOE estão anexos ao presente manual de participação e também disponíveis na sede e no *website* da Companhia (ri.mouradubeux.com.br), bem como nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

MOURA DUBEUX ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 12.049.631/0001-84

NIRE 26.3.0001525-1

Companhia Aberta de Capital Autorizado

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023**

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A administração da Moura Dubeux Engenharia S.A. (“**Companhia**” e “**Administração**”, respectivamente) apresenta aos senhores acionistas da Companhia sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação de V.Sas. na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 10 horas, **de modo exclusivamente à distância e digital**, nos termos da Resolução da Comissão de Valores mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**” e “**AGOE**”, respectivamente).

Em Assembleia Geral Ordinária:

1 Apreciação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes.

A Administração propõe a V.Sas. a aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes, conforme aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 07 de março de 2023.

Vale notar que a Grant Thornton Auditores Independentes, empresa especializada de auditoria independente da Companhia, emitiu parecer sem ressalvas a respeito das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Ademais, a Administração recomenda a V.Sas. que examinem detalhadamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, o relatório dos administradores, as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, os quais foram devidamente disponibilizados à consulta de V.Sas. nos *websites* da Companhia (ri.mouradubeux.com.br), CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) (www.b3.com.br) e publicados, em 09 de março de 2023 no jornal “Folha de Pernambuco”.

De acordo com o disposto no artigo 10, inciso III, da Resolução CVM 81, a Companhia informa V.Sas. que os comentários dos administradores da Companhia sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos da seção 2 do Formulário de Referência, estão previstos no **Anexo I** à presente Proposta da Administração.

2 Aprovação da destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia auferiu lucro líquido no valor de R\$105.056.846,59 (cento e cinco milhões, cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos). Não obstante, tendo em vista que a Companhia possui prejuízos acumulados em montante que supera o lucro líquido do exercício, os referidos lucros líquidos serão absorvidos integralmente pelo prejuízo acumulado, sem a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia.

Em atendimento ao artigo 10, parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM 81, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, na forma do Anexo A da Resolução CVM 81, encontra-se no **Anexo II** a esta Proposta da Administração.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

1 Fixação da remuneração global dos administradores da Companhia relativo ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023

A Administração propõe a V. Sas. a aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia relativo ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023 (isto é, para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria) no montante de até R\$15.146.608,97 (quinze milhões, cento e quarenta e seis mil, seiscentos e oito reais e noventa e sete centavos), sendo até (i) R\$3.137.272,06 (três milhões, cento e trinta e sete mil, duzentos e setenta e dois reais e seis centavos) referentes à remuneração aos membros do Conselho de Administração; e (ii) R\$12.009.336,91 (doze milhões, nove mil, trezentos e trinta e seis reais e noventa e um centavos) referentes à remuneração aos membros da Diretoria.

A remuneração ora proposta considera as despesas de remuneração correspondentes aos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Em observância ao disposto no artigo 13 da Resolução CVM 81, além da proposta de remuneração dos administradores, a Companhia apresenta as informações da seção 8 do Formulário de Referência no **Anexo III** à Proposta da Administração.

Gustavo José Moura Dubeux
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I – Item 2 do Formulário de Referência da companhia

(conforme artigo 10, inciso III, da Resolução CVM 81)

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

A discussão a seguir contém declarações sobre tendências que refletem nossas expectativas atuais, que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos na seção 4 e outros assuntos estabelecidos neste formulário de referência.

As informações financeiras contidas nesta seção 2 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia auditadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Também descrevemos nesta seção 2 algumas métricas de desempenho chave que nossa administração utiliza para avaliar os negócios, medir o desempenho, identificar tendências e oportunidades e tomar decisões estratégicas, tais como o EBITDA e a Margem EBITDA.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita líquida da Companhia atingiu R\$ 799,5 milhões, permitindo alcançar uma margem bruta de 33,3%. Considerando que a margem bruta é o indicador que mede a rentabilidade das vendas, deduzidas dos impostos e dos custos dos serviços prestados, obtivemos uma redução de 3,1% pontos percentuais em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em que a receita líquida da Companhia atingiu R\$ 619,6 milhões, permitindo alcançar uma margem bruta de 36,4%.

A redução da margem verificada pode ser explicada pela participação maior no segmento incorporação no lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e consequente redução de adesão ao segmento condomínio. Na Incorporação, a contribuição ocorre com o avanço gradual de novas obras e a redução de estoques prontos; no Condomínio, a contribuição ocorre dado que o segmento possui margens maiores que o modelo de Incorporação. Entretanto, as margens podem variar de forma significativa considerando os seguintes principais fatores: (i) efeito dos distratos reduzindo receitas já reconhecidas e estorno de custos de serviços; (ii) volatilidade dos preços e volumes de vendas; (iii) aumento/redução de impostos; e (iv) economias ou incrementos de obras; entre outros.

Em termos de margem líquida (indicador baseado no resultado líquido do período comparado às receitas líquidas), os seguintes indicadores foram atingidos: 13,1% em 31 de dezembro de 2022 e 13,7% em 31 de dezembro de 2021, apresentando assim leve redução. O resultado operacional de

31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 178,9 milhões, enquanto o resultado operacional de 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 163,5 milhões, aumento de 9,4%, com destaque para aumento nas despesas gerais e administrativas por consequência, principalmente, da inflação do ano inserida nas despesas com pessoal e serviços prestados.

Por outro lado, considerando nossa capacidade de utilização dos ativos para gerar vendas, o GA - giro do ativo (receita líquida/ativo médio) atingiu: 0,28 em 31 de dezembro de 2022, ante 0,23 em 31 de dezembro de 2021. Esse patamar se deve, principalmente, à geração de receitas proveniente do bom volume de vendas de imóveis no período.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de liquidez geral (ativo total/passivo total) foi de 1,72 contra 1,66 em 31 de dezembro de 2021. Este aumento no referido índice teve como principal impacto o aumento nas contas a receber proveniente de vendas de unidades de incorporação.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de liquidez corrente (ativo circulante/passivo circulante) foi de 2,78 contra 1,84 em 31 de dezembro de 2021. Este aumento teve como principal impacto a redução de adiantamento de clientes do passivo circulante para o não circulante proveniente de novas vendas de unidades de incorporação contabilizadas pela evolução física da obra.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de liquidez seca ((ativo circulante – estoques)/passivo circulante) foi de 1,76 contra 0,76 em 31 de dezembro de 2021. Assim como no índice de liquidez corrente este aumento teve como principal impacto a redução de adiantamento de clientes do passivo circulante para o não circulante.

Em 31 de dezembro de 2022, o retorno sobre o patrimônio líquido totalizou 8,9% contra 7,9% positivo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia apresentou índice positivo, mostrando sinais de crescimento através do aumento no volume de lançamentos e vendas.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total (passivo circulante acrescido de passivo não circulante/patrimônio líquido) foi de 1,39 contra 1,51x em 31 de dezembro de 2021. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 254,1 milhões frente uma dívida financeira total de R\$ 125,4 milhões gerando uma dívida financeira líquida de R\$ 128,7 milhões negativa, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,11x negativo (nível de alavancagem) ante 0,06x negativo em 31 de dezembro de 2021.

A geração de caixa líquido totalizou R\$ 76,2 em 31 de dezembro de 2022 versus uma geração de caixa líquido de R\$ 64,3 milhões em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia fechou o ano de 2022 com números expressivos de vendas e lançamentos. Foi o melhor ano da Companhia em todo o aspecto operacional. Atingimos o patamar de R\$ 1,9 bilhão em lançamentos líquidos, combinados entre projetos de Condomínio e Incorporação. Esse número ilustra bem a execução de nossa estratégia: sempre sinalizamos que o posicionamento da empresa em nosso mercado, nossos níveis de estoques, a concorrência regional e nossa capacidade de desenvolvimento imobiliário permitiriam que nos posicionássemos com uma operação entre R\$ 1,8 bilhão a R\$ 2,0 bilhões em lançamentos e vendas anuais. Atingimos esse patamar de lançamentos já em 2022, terceiro ano após a nossa abertura de capital. Esse nível de lançamentos é 68,1% superior ao do ano de 2021.

Lançar novos empreendimentos denota a capacidade de prospectar, legalizar terrenos e desenvolver produtos. Todavia, uma parte fundamental do sucesso imobiliário está na comercialização. O fluxo de oferta ao longo do ano não é linear, e cada produto apresenta sua própria dinâmica de vendas. Por isso, acompanhar a dinâmica do VSO (índice de vendas sobre oferta) da Companhia, permite observar a excelente aceitação que nossos produtos vêm atingindo.

Desde o fim de 2021, apesar das mais otimistas previsões para o ano de 2022 serem extremamente cautelosas, tínhamos a expectativa de uma boa performance operacional e financeira da Companhia. Isso, mesmo com todas as atipicidades impostas ao ano de 2022, que incluíam uma eleição majoritária, copa do mundo e uma das maiores elevações de juros do mundo. Assim, atribuímos esse resultado histórico da Companhia ao legado de marca e produtos, refletidos num posicionamento singular no mercado imobiliário nacional, e numa equipe comprometida em buscar a excelência de produto e experiência do cliente.

Acreditamos que a velocidade de comercialização dos nossos produtos já reflete uma parte do nosso propósito, que é oferecer o melhor produto com a melhor experiência ao nosso cliente. Isso tem sido um trabalho de persistência de todo time, totalmente alinhado com esse propósito. Por isso, o mapeamento de toda essa jornada, desde compra e contrato até a preocupação com a qualidade do uso e operação do imóvel, passando por visita à obra, experiência de personalização, repasse bancário e até mesmo o distrato, exige do nosso time um protocolo rígido de atendimento e qualidade. Dessa forma, através de medições de qualidade dessa jornada, fechamos o ano com o índice de satisfação do cliente, medido pelo NPS, em zona de “Qualidade” para todo o ciclo. Isso nos deixa orgulhosos do reconhecimento do cliente com aquilo que temos de mais fundamental na empresa. Óbvio que ainda temos muito o que melhorar, queremos estar em zona de “Excelência”. Porém, quem objetiva oferecer uma experiência única, precisa entender que até as frustrações têm de ter o cliente como ponto focal.

Nessa jornada de experiência, decidimos inaugurar nossa loja de personalização, a Companhia Store. Nela, o cliente pode personalizar o seu imóvel conforme seu desejo. Desde materiais de revestimento a itens específicos do próprio apartamento, nossa ambição aqui é atender o cliente no máximo do seu desejo e especificidade. Em média, 30% dos nossos clientes vêm optando por adquirir mais esse produto da Moura Dubeux. Com isso, já obtivemos retorno de todo investimento feito no primeiro ano e seguimos com uma excelente perspectiva de crescimento de vendas.

Nossa loja nasceu de uma squad da nossa ferramenta de gestão dos OKRs. Nessa nova cultura de gestão, também surgiu uma nova iniciativa, para enfrentar o desafio de buscar a viabilidade para negócios cada vez mais fora de nosso mercado habitual. Estamos aqui falando de imóveis de preço de venda na faixa de R\$ 5,5 mil a R\$ 7,5mil/m², de 2 e 3 quartos, focados em bairros de classe média nas capitais do Nordeste. O aumento dos custos nos canteiros e o não acompanhamento inflacionário da renda das famílias vieram ameaçar a viabilidade dos produtos nesse segmento. Para enfrentar esse desafio, não só revisamos o processo construtivo em si como desenvolvemos toda uma linha de produtos com qualidade, moderna e compatível com essa faixa de renda. Assim nasceu a Mood, uma empresa da Moura Dubeux, com todo o conhecimento imobiliário que adquirimos nesses 40 anos de mercado, mas com uma estratégia comercial mais inovadora, focada em produtos mais inteligentes e menos sofisticados, com a objetividade e praticidade que esse cliente exige. No ano de 2022, apresentamos esse conceito com o Arborê, na cidade de Fortaleza/CE. Decidimos seguir nesse primeiro projeto com a marca Moura Dubeux para que somente o produto fosse testado inicialmente, o que já se mostrou um sucesso. Atingimos 50% de vendas das unidades em apenas 4 meses de comercialização. Agora vamos combinar o produto com a nova marca e lançaremos dois novos projetos em 2023, com esses novos conceito e marca.

Acreditamos que a Mood será nosso próximo vetor de crescimento. Não só pela carência desse tipo de produto na nossa região, mas também por atender a uma faixa de renda bastante significativa nas capitais do Nordeste. Essa nova avenida de crescimento estará focada no cliente com renda acima do MCMV (Minha Casa Minha Vida), porém fortemente afetado pela inflação dos últimos anos. Ao longo de 2023, traremos mais informações sobre a Mood, com destaque para as vendas e resultados desse novo modelo de negócio.

Tudo isso precisa, naturalmente, se refletir em resultado financeiro. E, nesse aspecto, tivemos um crescimento de quase 30,0% na nossa receita líquida, atingindo o patamar de R\$ 800,0 milhões no ano de 2022. Tivemos margem bruta ajustada de 35,1% no ano, o que, deduzindo nossas despesas, nos levou a um lucro líquido de R\$ 105,1 milhões (23,7% maior que 2021) e margem líquida de 13,1%. Ainda podemos atingir patamares bem maiores de lucratividade e eficiência operacional. Porém, é nítido o crescimento consistente do valor ao nosso acionista.

Todo esse desempenho, também aconteceu com uma geração de caixa de R\$ 68,6 milhões, muito em linha com o ano de 2021, porém num ambiente de maior evolução dos projetos (já estamos com mais de 40 canteiros simultâneos), mais lançamentos e aquisição de terrenos.

Encerramos 2022 com uma dívida líquida negativa em R\$ 128,7 milhões, o que representa -10,9% do nosso patrimônio líquido. No atual ambiente de elevada taxa de juros, estar desalavancado num modelo de negócio de capital intensivo, mostra uma fortaleza financeira da Companhia.

Esse resultado reforça nossa convicção que a Companhia está trilhando o seu planejamento. Ao mesmo tempo, nos traz a certeza de que ainda temos muito mais o que realizar em 2023. Temos um posicionamento de cautela. Entendemos que o país tem desafios enormes a serem superados, antes de vislumbrarmos um ambiente de crescimento nacional robusto. Ainda temos que entender o caminho de reformas políticas e econômicas que deverão ser feitas para que possamos usufruir de uma redução nos atuais patamares de juros. Até que tenhamos um cenário mais claro, estaremos focados em repetir este ano o desempenho operacional de 2022. Isso, naturalmente, deverá se refletir em maiores valores de vendas e resultados financeiros. Todo o time está comprometido e empenhado nesse objetivo. Temos produtos a serem lançados que estão com uma boa perspectiva de comercialização e nossos estoques permanecem com os mesmos níveis de demanda.

Teremos em 2023 o início do ciclo de entregas dos nossos projetos lançados pós-IPO. Aqui poderemos confirmar que o trabalho foi completo. Estamos com as obras adiantadas e com os orçamentos em linha com o planejado. Porém, também estamos num ciclo de forte execução de obras. Nossa expectativa para o ano, é dobrarmos o consumo de materiais e aplicação de mão de obra nos canteiros da Moura Dubeux.

Sabemos do tamanho do desafio e estamos mais que comprometidos em realizá-lo conforme o planejado. A empresa já está no patamar de execução. A inflação já não é mais uma preocupação dentro dos canteiros e agora deveremos ter mais estabilidade com foco na melhoria da qualidade e ganho de eficiência operacional.

Nesse mercado tão pessimista com o desempenho das incorporadoras, seguimos com o nosso otimismo cauteloso, onde, mesmo na adversidade, buscamos a diferenciação para gerar valor aos nossos clientes e à região Nordeste. Acreditamos que a resposta para esse pessimismo está no trabalho inovador e consistente. E é assim que vamos seguir, trabalhando e investindo para gerar valor e contribuir com nosso país.

Com base no exposto, a Companhia demonstra a sua capacidade sólida de continuidade, aliada ao comprometimento dos seus acionistas participando ativamente das suas rotinas diárias.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta, ao fim do exercício de 2022, uma estrutura de capital condizente com as atividades de empreendimentos que demandam capital intensivo, na proporção apresentada na tabela abaixo:

<i>(em R\$ milhões, exceto %)</i>	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	1.641,2	1.621,8
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.178,0	1.071,8
Capital total (terceiros + próprio)	2.819,2	2.693,6
Parcela de capital de terceiros	58,22%	60,21%
Parcela de capital próprio	41,78%	39,79%

Composição da dívida financeira líquida:

<i>(em R\$ milhões)</i>	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Circulante	17,8	85,2
Financiamentos	17,8	85,2
Não circulante	107,6	39,6
Financiamentos	50,7	4,8
Notas comerciais	46,2	-
Debêntures	10,7	34,8
Dívida Bruta	125,4	124,8
Caixa e Aplicações	254,1	184,9
Dívida Líquida	(128,7)	(60,1)

Em 31 de dezembro de 2022, os financiamentos bancários representavam 54,6%, as notas comerciais 36,8% e as debêntures 8,6% do endividamento bruto. A dívida financeira líquida corresponde a 10,9% negativo do patrimônio líquido.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração da Companhia, por meio da análise dos indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa da Companhia, entende que com a adoção do seu planejamento estratégico tem a capacidade de honrar com as obrigações de curto, médio e longo prazo existentes.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O capital de giro prioritariamente é captado por meio de linhas de financiamento do Sistema Financeiro da Habitação (“SFH”) e notas comerciais. Recursos oriundos do SFH e notas comerciais oferecem taxas de juros mais baixas em relação ao mercado privado, opções de pagamento antecipado e a possibilidade de transferência da nossa dívida para os nossos clientes.

Adicionalmente, as operações da Companhia são financiadas por meio de linhas de crédito vinculadas a alguma aquisição de ativo específica, securitização de recebíveis e captações de longo prazo para cobrir necessidades de capital de giro em projetos.

Ademais, parte do fluxo de capital provém dos clientes dos segmentos médio e alto padrão que pagam, em média, de 35% a 40% do valor das unidades até a entrega das chaves. Já para as aquisições de terrenos, são acordadas permutas com os proprietários na maior parte dos empreendimentos incorporados.

Por outro lado, para fazer frente, às despesas gerais, administrativas, comerciais, impostos e investimentos, a Companhia utiliza seus recursos de caixa gerado pelos resultados distribuídos por suas sociedades de propósito específico (“SPEs”), além do recebimento de taxas de serviços e *fee* de comercialização de terreno no *business* de condomínio.

O detalhamento das nossas fontes de financiamento encontra-se no item 2.1.f.i deste formulário de referência.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nos exercícios sociais encerrados em 2022 e 2021, a Companhia apresentou alto nível de liquidez e uma geração de caixa consistente que permitiu honrar suas obrigações de curto e médio prazo. Conforme determinado em sua política financeira, a Companhia deverá sempre possuir uma posição de caixa (considerando caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) mínimo necessário para honrar suas obrigações no horizonte de doze meses, considerando simulação em cenários diversos.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os financiamentos e as debêntures circulantes e não circulantes totalizaram R\$ 125,4 milhões, dos quais R\$ 17,8 milhões eram circulantes e R\$ 107,6 milhões eram não circulantes.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, os financiamentos e as debêntures circulantes e não circulantes totalizaram R\$ 124,8 milhões, dos quais R\$ 85,2 milhões eram circulantes e R\$ 39,6 milhões eram não circulantes.

(i) contratos de financiamentos, notas comerciais e debêntures relevantes

A tabela abaixo apresenta a evolução do nosso endividamento bancário na data de encerramento dos últimos dois exercícios sociais:

(em R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Modalidade		
SFH - Plano Empresarial e Crédito Associativo (SBPE)	68,5	90,0
Notas comerciais	46,2	-
Debêntures	10,7	34,8
Total	125,4	124,8

O endividamento, em 31 de dezembro de 2022, totalizou R\$ 125,4 milhões, dos quais R\$ 68,5 milhões correspondem a financiamentos – SFH sujeitos variação do CDI acrescido de 3,90% a 4,27% e da Taxa Referencial (TR) acrescida de 9,75% a 11,79%, R\$ 46,2 correspondem a notas comerciais sujeitas variação do CDI acrescido de 4% e R\$ 10,7 milhões correspondem a debêntures sujeitas a taxas de juros de 6% a.a. acrescido de IPCA.

Os montantes de longo prazo têm o último vencimento em 28 de dezembro de 2027.

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia tinham saldos de financiamentos em aberto junto ao Banco Safra, Banco Santander, Banco ABC, Banco Itaú e Caixa Econômica Federal, na modalidade de Sistema Financeiro Habitacional (SFH). Abaixo, seguem as informações sobre os financiamentos relevantes:

- Contrato com o Banco Safra com vencimento em 06 de novembro de 2023 e taxa de 10,10% ao ano mais TR. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto deste contrato era de R\$ 1,9 milhões. Essa operação tem como garantias a cessão de recebíveis e hipoteca em 1º grau;
- Contrato com o Banco Santander com vencimento em 10 de novembro de 2024 e taxas entre 3,90% e 4,27% ao ano mais CDI. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto deste contrato era de R\$ 42,0 milhões. Essa operação tem como garantias a cessão de recebíveis e hipoteca em 1º grau;
- Contrato com o Banco ABC Brasil com vencimento em 26 de dezembro 2025 e taxa de 3,95% ao ano mais CDI. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto deste contrato era de R\$ 4,0 milhões. Essa operação tem como garantias a cessão de recebíveis e hipoteca em 1º grau;
- Contrato com a Caixa Econômica Federal com vencimento em 28 de dezembro de 2027 e taxa de 9,75% a 10,46% ao ano mais TR. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto deste contrato era de R\$ 11,7 milhões. Essa operação tem como garantias a cessão de recebíveis e hipoteca em 1º grau;
- Contrato com o Banco Itaú com vencimento em 05 de setembro de 2024 e taxa de 11,79% ao ano mais TR. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto deste contrato era de R\$ 8,9 milhões. Essa operação tem como garantias a cessão de recebíveis, hipoteca em 1º grau e a cessão de quotas.

Notas comerciais

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia tinham saldos de notas comerciais de R\$ 46,2 milhões em aberto junto à True Securitizadora, com vencimento em 23 de dezembro de 2026 e taxa de 4% ao ano mais CDI, possuindo como garantia a cessão de recebíveis, hipoteca 1º grau, cessão de quotas e a alienação fiduciária de imóveis.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2022, a controladora tinha saldo de debêntures no montante de R\$ 10,7 milhões em aberto junto à True Securitizadora, com vencimento em 21 de março de 2025 e taxa de 6% ao ano mais IPCA, possuindo como garantia a alienação fiduciária de imóveis.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Nesta data, não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das descritas nos itens 2.1 (f) (i) acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo acontecerá de acordo com o disposto na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As operações de SFH e debêntures da Companhia possuem índices de cobertura que são apurados mensalmente pelos credores da operação com o objetivo de monitorar a saúde financeira da mesma. Caso algum destes índices seja abaixo daquilo que foi pactuado em contrato, a Companhia precisará recompor a garantia da operação, seja através da adição de garantias ou de amortização de parte da dívida, estabilizando novamente os índices da operação. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu a todos os índices de cobertura da dívida e não tem obrigações contratuais restritivas.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os financiamentos contratados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH possuem a destinação de seus recursos exclusivamente à utilização nas obras dos respectivos empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de contratações junto ao SFH era de R\$ 692,9 milhões, sendo que R\$ 126,6 milhões estavam liberados e utilizados para os empreendimentos elegíveis, que corresponde a 18% do valor total contratado.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos últimos dois exercícios sociais:

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2022	AV	2021	AV	AH
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	799.527	100,0%	619.643	100,0%	29,0%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(533.059)	-66,7%	(393.880)	-63,6%	35,3%
LUCRO BRUTO	266.468	33,3%	225.763	36,4%	18,0%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(178.907)	-22,4%	(163.527)	-26,4%	9,4%
Despesas comerciais	(75.589)	-9,5%	(76.698)	-12,4%	-1,4%
Despesas gerais e administrativas	(74.642)	-9,3%	(60.686)	-9,8%	23,0%
Resultado de equivalência patrimonial e provisão para perdas em investimentos	515	0,1%	1.101	0,2%	-53,2%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(29.191)	-3,7%	(27.244)	-4,4%	7,1%
RESULTADO OPERACIONAL	87.561	11,0%	62.236	10,0%	40,7%
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	39.895	5,0%	36.555	5,9%	9,1%
Receitas financeiras	69.923	8,7%	59.987	9,7%	16,6%
Despesas financeiras	(30.028)	-3,8%	(23.432)	-3,8%	28,1%
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	127.456	15,9%	98.791	15,9%	29,0%
Imposto de renda e contribuição social	(22.399)	-2,8%	(13.848)	-2,2%	61,7%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(21.021)	-2,6%	(13.618)	-2,2%	54,4%
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(1.378)	-0,2%	(230)	0,0%	499,1%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	105.057	13,1%	84.943	13,7%	23,7%

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 799,5 milhões comparativamente a R\$ 619,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o que representou um aumento de 29,0%. O aumento deve-se, principalmente, à continuação da retomada de lançamentos no segmento de incorporação, aumento nas vendas e boa contribuição do modelo de condomínio fechado onde a Companhia atua como prestadora de serviços, registrando nas suas demonstrações as taxas de serviço e o fee de comercialização do terreno.

É importante considerar que a Companhia lançou no ano de 2022 um total de 12 projetos, sendo 4 no modelo de condomínio e 8 no modelo de incorporação.

Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados

O custo dos imóveis vendidos e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 533,0 milhões, representando 66,7% da receita líquida do período (“**ROL**”) comparativamente a R\$ 393,8 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 que equivalia a 63,6% da ROL. Considerando o aumento dos lançamentos e vendas de produtos em regime de incorporação imobiliária, os custos dos imóveis vendidos e serviços prestados obtiveram um aumento de 35,3% no período.

Lucro bruto

Como consequência, o lucro bruto acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 266,4 milhões contra R\$ 225,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 18,0%. A margem bruta do período reduziu em 3,1 pontos percentuais, atingindo 33,3% contra 36,4% no acumulado de 2021. A redução da margem verificada pode ser explicada pela participação maior no segmento incorporação no lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e consequente redução de adesão ao segmento condomínio.

Despesas operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as despesas operacionais foram de R\$ 178,9 milhões, registrando um aumento de 9,4% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 que totalizou R\$ 163,5 milhões. Esse aumento das despesas operacionais gerou 4,0 pontos percentuais a mais nas despesas operacionais que atingiram 22,4% da ROL no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra 26,4% da ROL no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

As despesas comerciais do período tiveram uma redução de 1,4%, ficando em linha com o ano anterior. Já as despesas gerais e administrativas registraram um aumento de 23,0% devido à adequação ao novo patamar de lançamentos e vendas que a Companhia atingiu em 2022 associada a inflação do ano inserida nas despesas com pessoal e serviços prestados. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas registraram um aumento de 7,1%, devido a ajustes contábeis e não recorrentes realizados.

Resultado Operacional

Desta forma, o resultado operacional acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 87,5 milhões, representando 11,0% de margem operacional ante 10,0% da ROL registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que totalizou R\$ 62,2 milhões de lucro operacional.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 registrou receitas financeiras líquidas de R\$ 39,8 milhões, um aumento de 9,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando 5,0% positivo da ROL ante 5,9% positivo da ROL, totalizando R\$ 36,5 milhões de receitas financeiras líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R\$ 127,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando 15,9% positivo da ROL, contra R\$ 98,7 milhões positivo atingidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, ou 15,9% positivo da ROL do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 22,3 milhões comparativamente a R\$ 13,8 milhões de imposto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse imposto representou 2,8% do resultado negativo gerado no acumulado do ano contra 2,2% atingido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Lucro do exercício

O resultado líquido do acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 105,0 milhões, comparativamente ao resultado líquido de R\$ 84,9 milhões apresentados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Desta maneira, o lucro líquido do período representou 13,1% da ROL ante 13,7% da ROL registrada no mesmo período do ano anterior.

FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	AH
Caixa líquido nas atividades operacionais	77.964	95.349	-18%
Caixa líquido nas atividades de investimento	(13.170)	(12.248)	8%
Caixa líquido nas atividades de financiamento	11.499	(18.758)	-161%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	76.293	64.343	19%

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 77,9 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 95,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de 18% é justificada pela redução nas contas a pagar por aquisições de imóveis e tributos a recuperar nesse período.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 13,1 milhões negativo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 12,2 milhões negativo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de 8% é justificada pela variação das aplicações financeiras, imobilizado e intangível nesse período.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$ 11,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 18,7 milhões negativo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento de 161% é justificado pela variação das partes relacionadas e alienação de ações nesse período.

2.2 - Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia atua preponderantemente na atividade de incorporação imobiliária e, para tanto, utiliza diversas personalidades jurídicas. A prestação de serviços de construção é utilizada especialmente nos empreendimentos em que participa como incorporadora. O modelo utilizado garante o custeio de nossa estrutura administrativa e operacional possibilitando que os benefícios trazidos por reduções no custo de construção sejam imediatamente refletidos no custo do produto vendido da atividade de incorporação imobiliária. Outro fator positivo no modelo de negócio do grupo é a diversificação das fontes de recursos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas. As sociedades controladas compartilham as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia.

Receita operacional bruta

Nossa receita operacional bruta decorre, principalmente, da incorporação imobiliária e, em menor proporção, da prestação de serviços de construção, de acordo com os seguintes valores e proporções nos últimos dois exercícios sociais:

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			
	2022	%	2021	%
Receita bruta operacional	885.787	110,79%	697.664	112,59%
Vendas de imóveis	801.829	100,29%	604.906	97,62%
Serviços prestados	83.958	10,50%	92.758	14,97%
Deduções da receita bruta operacional	(86.260)	-10,79%	(78.021)	-12,59%
Ajuste a valor presente	(9.673)	-1,21%	(5.866)	-0,95%
Provisão para distrato	(16.052)	-2,01%	(11.067)	-1,79%
Cancelamentos de vendas	(33.892)	-4,24%	(38.118)	-6,15%
Impostos sobre vendas e serviços	(26.643)	-3,33%	(22.970)	-3,71%
Receita líquida operacional	799.527	100,00%	619.643	100,00%

Receita de incorporação imobiliária

A receita de incorporação imobiliária é composta pela venda de imóveis provenientes de unidades dos nossos empreendimentos. Esta receita inclui a correção monetária dos contratos de compra e venda até a data de finalização da construção e entrega da unidade, porém exclui a parcela de juros referentes às vendas a prazo que incorrem a partir da data de entrega da unidade (os juros são apropriados ao resultado financeiro, observado o regime de competência).

A receita de incorporação imobiliária é apropriada ao resultado da Companhia segundo a evolução financeira da obra, ou seja, a transferência dos riscos e benefícios para o cliente ocorre continuamente, de acordo com a evolução da obra. As receitas de incorporação advêm tanto de unidades já comercializadas em exercícios anteriores (neste caso são apropriados apenas o percentual de custo incorrido no exercício sobre o valor de cada contrato de venda, acrescido da

correção monetária do período) como de novas vendas (apropriação do percentual de custo incorrido acumulado sobre o valor do contrato de venda).

A receita de prestação de serviços decorre de taxas de administração, assessoria técnica e imobiliária, cobradas sobre os serviços de gerenciamento e construção de empreendimentos, principalmente em regime de condomínio.

Deduções da receita bruta

As deduções sobre vendas consistem no recolhimento de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), sob as alíquotas de 0,65%, 3,0% (obras tributadas sob o regime do lucro presumido), 0,37% e 1,71% (obras tributadas sob o regime especial de tributação - RET) e 5,0%, respectivamente.

Custo das vendas realizadas

Nossos custos decorrem da incorporação imobiliária e, em menor escala, do custo de serviços prestados.

Os custos de incorporação imobiliária compreendem os custos relativos aos terrenos, os custos financeiros correspondentes ao financiamento à construção e aquisição de terreno, que incluem projeto, fundação, estrutura e acabamento, assim como os custos relativos a uma ampla variedade de matérias-primas e mão-de-obra própria e terceirizada.

Dentre os custos de incorporação imobiliária, destaca-se o custo referente à aquisição de terrenos. Esse custo pode sofrer significativa variação em decorrência das características da aquisição de cada um dos terrenos, da região e do segmento do empreendimento a ser lançado. As formas de aquisição de terreno consistem em pagamento em dinheiro, permuta por unidades de nossos empreendimentos presentes ou futuros, permuta financeira (em que uma parcela das receitas decorrentes da venda de unidades do empreendimento a ser desenvolvido no terreno é repassada ao seu vendedor), e a combinação de qualquer dessas formas.

Encargos financeiros são reconhecidos no custo quando se referem aos juros, encargos e correção monetária dos empréstimos para o financiamento à produção dos empreendimentos.

Despesas operacionais

Nossas despesas operacionais incluem preponderantemente as despesas comerciais, as despesas gerais e administrativas e as receitas e despesas financeiras líquidas.

Despesas comerciais

As despesas comerciais incluem gastos com montagem dos plantões de vendas (estandes de vendas), decoração do apartamento modelo de cada um dos empreendimentos lançados, propagandas, publicidade e comissões. As despesas comerciais são integralmente apropriadas ao resultado observando-se o regime de competência, independentemente do seu desembolso. As despesas com comissão sobre vendas e estande de vendas são reconhecidas no resultado conforme o detalhamento abaixo:

- *comissões de vendas a apropriar*: representam despesas incorridas com a comissão de vendas de unidades, a serem apropriadas ao resultado de acordo com a execução financeira da obra; e
- *estande de vendas*: os gastos incorridos e diretamente relacionados com a construção de estande de vendas e do apartamento-modelo, bem como aqueles para aquisição das mobílias e da decoração dos estandes de vendas e do apartamento-modelo de cada

empreendimento, possuem natureza de caráter prioritariamente tangível e, dessa forma, devem ser registrados em rubrica de ativo imobilizado, e depreciados de acordo com o respectivo prazo de vida útil estimada desses itens.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas incluem principalmente os seguintes itens: serviços terceirizados (auditoria, consultoria, serviços jurídicos e outros), aluguéis, remuneração aos empregados e encargos sociais, despesas societárias (publicação de atas, balanços, etc.), despesas legais (cartórios, tabelião, junta comercial, etc.), além de outras despesas. As principais despesas gerais e administrativas consistem em remuneração aos empregados, encargos sociais e serviços terceirizados.

Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras decorrem dos juros sobre nossa carteira de recebíveis e da aplicação de nossas disponibilidades financeiras.

As despesas financeiras, em sua maioria, são resultado de juros incorridos por empréstimos e financiamentos, os quais não estão ligados diretamente à produção e por tanto, não passíveis de capitalização.

Imposto de renda e contribuição social (IRPJ e CSLL)

Apuramos a base de cálculo do IRPJ e CSLL de acordo com o regime de apuração do lucro real, ao passo que em sociedades de propósito específico - SPEs utilizam-se do regime de apuração pelo lucro presumido e o regime especial de tributação - RET.

A base de cálculo para tributação das empresas que utilizam o regime de lucro presumido para as atividades de incorporação imobiliária, loteamento e compra e venda de imóveis é determinada aplicando-se, sobre a receita bruta, o percentual de 8% para efeito do IRPJ e o percentual de 12% para efeito da CSLL. Sobre o lucro real ou presumido incidem o IRPJ à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a CSLL à alíquota de 9%. Nos empreendimentos cuja SPE é tributada pelo regime especial de tributação - RET, o IRPJ e a CSLL são apurados às alíquotas de 1,26% e 0,66%.

Participação de minoritários e lucro líquido

Contabilizamos as receitas e despesas relativas a sociedades por nós controladas integralmente, mesmo que não detenhamos a totalidade do seu capital. O resultado atribuível aos outros investidores nas sociedades controladas por nós é apresentado em uma única linha denominada "participação dos acionistas não controladores". O lucro líquido reflete corretamente apenas a nossa parcela do resultado apurado.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados da Companhia são provenientes de venda de incorporação e por administração de condomínio. Em 2022, tivemos maior quantidade de vendas de unidades de incorporação em comparação a 2021. Além disso, houve os seguintes lançamentos durante o ano: Vivant Caminho das Árvores, Platz, Lanai, Beach Class Rio Vermelho, Florata, Beach Class Jaguaribe, Arborê e Casa Boris, cujos resultados são reconhecidos conforme evolução da obra (POC).

A receita de vendas de imóveis foi apropriada ao resultado utilizando-se o método de percentual de evolução financeira de cada empreendimento (POC), sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado das unidades vendidas dos empreendimentos.

No segmento por administração de condomínio tivemos no reconhecimento de receita proveniente de Fee de comercialização do terreno, e as taxas de consultoria imobiliária e administração. Durante o ano lançamos os seguintes empreendimentos em condomínio: Beach Class Carneiros, Casa Moser, Beach Class Marine e Beach Class Wave, cujos desempenhos contribuíram no resultado.

Além disso, o mercado foi impactado pela pandemia do COVID-19. Nesse sentido, a Administração da Companhia mantém as medidas de monitoramento contínuas na operação, descritas abaixo:

- **Obras:** todas as obras continuam em operação, sendo observados os protocolos e medidas de segurança orientadas pelos governos de cada Estado de atuação da Companhia. Em relação aos prazos de entrega das obras, a Companhia não espera impactos decorrentes desse assunto com a manutenção da entrega nos prazos estabelecidos inicialmente;
- **Vendas:** atualmente a Administração não observa impactos nas vendas resultantes da pandemia, visto que desde o terceiro trimestre de 2020, há um resultado de vendas e adesões acima do esperado, tanto dos estoques quanto dos empreendimentos lançados desde então;
- **Fluxo de caixa:** a Administração da Companhia continua fazendo a gestão do caixa de modo cauteloso, buscando o equilíbrio entre liquidez e segurança.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Companhia não é diretamente impactada por variações nos preços, taxas de câmbio e inflação, bem como não foram afetadas nos dois últimos exercícios sociais por alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2022, que impactassem os saldos contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Porém, alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2022, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes:

- Alterações à IFRS 3 ((CPC 15(R1)) – Referências à estrutura conceitual;
- Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado – Recursos antes do uso pretendido;
- Alterações à IAS 37 (CPC 25) – Contratos onerosos – Custo de cumprimento do contrato; e
- Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2018 – 2020.

Novas normas, alterações e interpretações às normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de seguros;
- IFRS 10 (CPC 36(R3)) e IAS 28 (CPC 18(R2)) (alterações) – Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture;
- Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) – Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) e IFRS Declaração da Prática 2 – Divulgação de políticas contábeis;
- Alterações à IAS 8 (CPC 23) – Definição de estimativas contábeis; e
- Alterações à IAS 12 (CPC 32) – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de única transação.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve, nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 quaisquer ressalvas nos pareceres e relatórios dos auditores da Companhia.

Ênfases apresentadas

O relatório de auditoria emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 possui ênfase referente ao reconhecimento de receita de unidades imobiliárias não concluídas:

Reconhecimento de receita de unidades imobiliárias não concluídas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento da administração da Companhia quanto à aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15), alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP em 02/2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

2.4 - Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como relevante.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, quaisquer eventos de constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

A Companhia divulga as seguintes medições não contábeis: EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado. Seguem abaixo os valores de referidas medições não contábeis para os últimos dois exercícios sociais:

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
EBITDA	92.536	66.418
EBITDA Ajustado	106.306	85.369
Margem EBITDA	11,57%	10,72%
Margem EBITDA Ajustado	13,30%	13,78%

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo demonstra a reconciliação dos saldos do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado para os últimos dois exercícios sociais.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	105,057	84.943
(+) Resultado financeiro	(39.895)	(36.555)
(+) Imposto de renda e contribuição social	22.399	13.848
(+) Depreciação e amortização	4.975	4.182
(=) EBITDA	92.536	66.418
(+) Custo de empréstimos capitalizados	13.770	18.951
(=) EBITDA Ajustado	106.306	85.369
Receita líquida	799.527	619.643
(/) Margem EBITDA	11,57%	10,72%
(/) Margem EBITDA Ajustado	13,30%	13,78%

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

O “**EBITDA**” (*earnings before interest, taxation, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“**Resolução CVM 156**”), conciliada com suas demonstrações e informações financeiras. A “**Margem EBITDA**” é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida.

A Companhia utiliza o indicador não contábil EBITDA para medir seu desempenho operacional, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde ao indicador financeiro utilizado para avaliar os resultados de uma companhia, sem a

influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros. Com relação à Margem EBITDA, a Companhia a utiliza por entender ser um bom indicador de margem operacional.

A Companhia ressalta que o EBITDA e a Margem EBITDA são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), estes não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substituto para o lucro líquido; ou (iii) indicador de liquidez.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O “**EBITDA Ajustado**” consiste no EBITDA ajustado pelos juros capitalizados descontados do resultado líquido das operações descontinuadas. A “**Margem EBITDA Ajustado**” é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

A Companhia utiliza o indicador não contábil EBITDA Ajustado para medir seu desempenho operacional, pois acredita que o EBITDA Ajustado proporciona a adequada comparabilidade de performance das operações continuadas, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde ao indicador financeiro utilizado para avaliar os resultados de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros.

A Companhia ressalta que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), estes não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substituto para o lucro líquido; ou (iii) indicador de liquidez.

2.6 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Não constam eventos subsequentes às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.7 - Destinação de resultados

	2022
a. regras sobre retenção de lucros	<p>O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:</p> <p>a. 5% (cinco por cento) serão aplicados antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>b. uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>c. uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia;</p> <p>d. no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>e. uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>f. a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual poderá ser formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia; e</p> <p>g. o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.</p>
b. regras sobre distribuição de dividendos	<p>Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.</p>
c. periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Anualmente ou por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Os dividendos intermediários ou intercalares</p>

	2022
	distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no estatuto social.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. política de destinação de resultados	A Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura venda e compra de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Os Diretores informam que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) natureza e o propósito da operação

Os Diretores informam que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Os Diretores informam que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A principal parte dos investimentos da Companhia é destinada à aquisição de terrenos, fomentação de obras, aquisição de novas máquinas, atualização tecnológica e a capacitação de seus colaboradores. Os terrenos adquiridos, em sua maioria, são capitalizados em Sociedades de Propósitos Específicos - SPEs que são utilizadas para gerir o empreendimento projetado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha um banco de terrenos com potencial de vendas de aproximadamente R\$ 8,4 bilhões em VGV Bruto e R\$ 7,4 bilhões em VGV Líquido contratados. Tais terrenos se encontram distribuídos nos Estados de atuação da Companhia, localizados em regiões com demanda específica compatível com produtos dos segmentos desenvolvidos. Ao longo de 2022, nossa equipe de incorporação e legalização adquiriu e trabalhou na obtenção de todas as licenças, autorizações e registros necessários ao lançamento e posterior entrega de unidades a clientes.

Sendo certo que, em sua maioria, os terrenos são negociados por meio de permuta física (troca em unidades), gerando baixa demanda de aporte de recursos para viabilizar tais investimentos. Além disto, a Companhia se utilizará dos resultados gerados por Sociedades de Propósitos Específicos – SPEs em fase de conclusão para fazer frente ao desenvolvimento dos projetos.

Banco de Terrenos Contratados

UF	VGV Bruto	VGV Líquido
AL	R\$ 665.273.551	R\$ 551.399.628
BA	R\$ 1.257.006.796	R\$ 1.209.693.169
CE	R\$ 1.803.482.380	R\$ 1.570.473.465
PB	R\$ 517.970.483	R\$ 431.189.948
PE	R\$ 2.305.167.472	R\$ 1.870.810.916
RN	R\$ 930.068.211	R\$ 890.917.633
SE	R\$ 939.013.941	R\$ 905.139.058
TOTAL	R\$ 8.417.982.835	R\$ 7.429.623.818

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos em terrenos feitos pela Companhia são majoritariamente via permutas em unidades, na qual a Companhia adquire o terreno e passa a ter a obrigação de entregar uma quantidade de unidades ao dono original do terreno. A parcela minoritária comprada em dinheiro, é feita com capital próprio da Companhia.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes que possam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

A Companhia tem buscado incluir o tema ASG como parte do seu planejamento estratégico. Um dos principais investimentos direcionado a este tema, são os projetos de "Retrofit", na qual a Companhia adquire um imóvel antigo, muitas vezes desabitado, e promove uma restauração, requalificando o edifício. Dentre os principais benefícios dessa prática, está a contribuição na transformação da cidade e a redução da geração de resíduos para criação de novas moradias. Além disso, a Companhia tem buscado adequar os seus novos empreendimentos nos padrões sustentáveis, certificando os empreendimentos com selos reconhecidos no mercado, como exemplo, Selo EDGE emitido pelo ITAU, Fator Verde e IPTU Verde emitido pelos municípios de Fortaleza e Salvador respectivamente.

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 2

ANEXO II – Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2022

(conforme artigo 10, parágrafo único, inciso II, da Resolução da CVM 81 na forma do Anexo A)

1 Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia auferiu lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$105.056.846,59 (cento e cinco milhões, cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos).

2 Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui prejuízos acumulados em montante que supera o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia propõe aos acionistas a não distribuição de dividendos.

3 Percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui prejuízos acumulados em montante que supera o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia propõe aos acionistas a não distribuição de dividendos.

4 Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável, tendo em vista que não é proposta a distribuição de quaisquer dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucro de exercícios anteriores.

5 Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados: (a) o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe; (b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio; (c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio; e (d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui prejuízos acumulados em montante que supera o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia propõe aos acionistas a não distribuição de dividendos.

6 Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores: (a) informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados; e (b) informar a data dos respectivos pagamentos.

Não aplicável, uma vez que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7 Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

(a) lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:

	2022	2021	2020	2019
Lucro líquido do exercício	R\$105.056.846,59	R\$84.942.823,41	(R\$104.398.161,94)	(R\$99.145.036,78)
Quantidade de ações	84.909.375	84.909.375	84.909.375	26.758.480
Lucro líquido por ação ordinária	R\$1,237282	R\$1,000394	(R\$1,229524)	(R\$3,7051819)

(b) dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui prejuízos acumulados em montante que supera o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia propõe aos acionistas a não distribuição de dividendos, bem como não distribuiu dividendos ou juros sobre o capital próprio nos três exercícios sociais anteriores.

8 Havendo destinação de lucros à reserva legal: (a) identificar o montante destinado a reserva legal; e (b) detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Não aplicável, tendo em vista a administração da Companhia propõe absorção integral do lucro líquido pelo prejuízo acumulado.

9 Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: (a) descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos; (b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e (e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

10 Em relação ao dividendo obrigatório:

(a) Descrever a forma de cálculo prevista no Estatuto

Nos termos do artigo 31, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores

(b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Tendo em vista que a Companhia possui prejuízos acumulados em montante que supera o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia propõe aos acionistas a não distribuição de dividendos.

(c) Informar o montante eventualmente retido

Tendo em vista que a Companhia possui prejuízos acumulados em montante que supera o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia propõe aos acionistas a não distribuição de dividendos.

- 11 Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia: (a) informar o montante da retenção; (b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e (c) justificar a retenção dos dividendos.**

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

- 12 Destinação de resultado para reserva de contingências: (a) identificar o montante destinado a reserva; (b) identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) explicar porque a perda foi considerada provável; e (d) justificar a constituição da reserva.**

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de contingências.

- 13 Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: (a) informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar; e (b) informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.**

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de contingências.

- 14 Destinação de resultado para reservas estatutárias**

(a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O artigo 28 do estatuto social da Companhia estabelece que, após deduzida a reserva legal e pago o dividendo mínimo obrigatório, até 75% (setenta e cinco por cento) do saldo remanescente poderá ser retido com base em orçamento de capital e/ou destinados à constituição de reserva de investimento.

A reserva de investimento está prevista no artigo 28 do Estatuto Social, a saber:

“Artigo 28. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão destinados à reserva legal, até que atingidos os limites legais. Do saldo remanescente, (a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento de dividendo obrigatório; e (b) até 75% (setenta e cinco por cento) poderão ser retidos com base em orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, que não seja destinado na forma deste artigo, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo complementar.

Parágrafo Único. A Companhia poderá pagar dividendos aos acionistas à conta da reserva de investimento acima referida.”

(b) Identificar o montante destinado a reserva

Não aplicável, tendo em vista a administração da Companhia propõe absorção integral do lucro líquido pelo prejuízo acumulado.

(c) Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável, tendo que a administração da Companhia não está propondo a destinação para a reserva de investimentos, uma vez que a Companhia possui prejuízos acumulados em montante que supera o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

15 Retenção de lucros prevista em orçamento de capital: (a) identificar o montante da retenção; e (b) fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16 Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: (a) informar o montante destinado a reserva; e (b) explicar a natureza da destinação.

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

ANEXO III – Item 8 do Formulário de Referência da Companhia

(conforme artigo 13, inciso II, da Resolução da CVM 81)

8.1 - Política ou prática de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia possui uma política formalizada de remuneração de seus diretores e membros do Conselho de Administração, que foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de outubro de 2019 (“**Política de Remuneração**”).

A Política de Remuneração está disponível para consulta nos sites de Relações com Investidores da Companhia (ri.mouradubeux.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), bem como da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

A Política de Remuneração possui como objetivos principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos executivos.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

O Conselho de Administração da Companhia tem as seguintes atribuições, nos termos da Política de Remuneração: (a) avaliar a adequação da política de remuneração da Companhia anualmente; (b) fixar a remuneração individual da Diretoria; e (c) verificar se a política praticada pela Companhia condiz com as responsabilidades de cada membro da administração, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público em conformidade com os limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração com base em avaliações e pesquisas de mercado, pautadas em referências e estudos de mercado para posições de complexidade similar, conduzidos por empresas externas especializadas e independentes. Essas pesquisas são acompanhadas e apresentadas pela área de gente e gestão e reportadas ao comitê de gente, que tem o caráter de validar e recomendar ao conselho de administração.

O painel de empresas que compõem a base desses estudos é selecionado levando em consideração critérios como: (a) porte (faturamento) similar ao da Companhia; (b) indústrias de diferentes setores, mas, principalmente, do setor de atuação da Companhia; (c) empresas de capital nacional e subsidiárias de empresas estrangeiras líderes em seus respectivos segmentos de atuação; e (d) práticas de remuneração consistentes e reconhecidas no mercado. Anualmente o setor de Remuneração e Benefícios analisa a remuneração da Companhia com consultorias e pesquisas de mercado, tais como a pesquisa anual de remuneração da Deloitte e Mercer.

O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos, baseando-se em pesquisas específicas realizadas com foco em empresas do mesmo setor. Já a remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia

O Conselho de Administração avalia constantemente a adequação da remuneração de curto e longo prazos em relação ao que é praticado no mercado.

O Comitê Administrativo de Gente da Companhia avalia a adequação da Política de Remuneração a cada três anos, podendo antecipar quando necessário, de forma a verificar a aderência com as responsabilidades de cada administrador, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão, sugerindo eventuais alterações e atualizações ao Conselho de Administração.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração total do conselho de administração é composta exclusivamente de remuneração fixa, de forma a compensar adequadamente as contribuições e responsabilidades dos mesmos nos exercícios de suas atribuições.

- (i) Remuneração Fixa, sendo 12 pagamentos mensais, a qual é alinhada com práticas de mercado e objetiva compensar diretamente os membros do Conselho de Administração da Companhia pela contribuição individual, responsabilidades e expertise aportada ao crescimento do negócio; e
- (ii) possibilidade de valor fixo mensal adicional, caso participe também de comitês de assessoramento.

Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração são reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Diretoria Estatutária

A remuneração da diretoria estatutária é composta de:

- (i) remuneração fixa composta de 12 pagamentos anual, cujo objetivo é oferecer compensação direta pelos serviços prestados e reconhecer o valor do cargo interna e externamente em linha com valores praticados no mercado;

- (ii) pacote de benefícios oferecidos pela Companhia visa garantir a competitividade das práticas de remuneração e complementar o plano de compensação com itens de assistência social de forma a dar uma maior segurança, qualidade de vida e permitir foco no desempenho de suas funções. Os benefícios oferecidos podem ser: (a) seguro de vida; (b) plano de assistência médica e odontológica; (c) vale refeição; (d) estacionamento; e (e) treinamentos e cursos periódicos.
- (iii) Remuneração Variável (incentivo de curto e longo prazo), com objetivo de premiar e reter o diretor pelo alcance e superação das metas da companhia, considerando: metas corporativas, metas individuais e avaliação comportamental de cada diretor. A remuneração variável de curto prazo (ICP), cujas metas, objetivos e limites serão fixados em plano anual a ser aprovado pela Companhia. É facultado a conversão do ICP em incentivo de longo prazo (ILP), com base em ações de emissão da Companhia. Cujas regras são estabelecidas, com bases de mercado, aprovadas em assembleia de acionistas e conselho de administração, quando for o caso.

Nos últimos três exercícios sociais a companhia não possuía metas específicas vinculadas ao ASG, no exercício corrente, a companhia em conselho de administração um percentual da remuneração variável atrelada a aderência as melhores práticas de ASG.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) é fixada pela Assembleia Geral, sendo que não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Comitês

A Companhia possui 3 comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. O Comitê de Ética e Conduta e Comitê de Gente, não estatutários, com membros não remunerados.

O Comitê de Auditoria e Risco, transformado em estatutário em dezembro de 2021, tem todos os membros independentes e elegíveis a uma remuneração fixa mensal, com o objetivo de reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do negócio.

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022				
% em relação à remuneração total				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria	65,95%	34,05%	0,00%	100,00%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê Estatutário de Auditoria	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
% em relação à remuneração total				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria	57,79%	42,21%	0,00%	100,00%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê Estatutário de Auditoria	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
% em relação à remuneração total				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria	59,50%	40,50%	0,00%	100,00%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê Estatutário de Auditoria	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração paga aos administradores da Companhia é estruturada de forma a incentivar a melhoria contínua de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

A remuneração fixa é baseada em parâmetros de mercado e tem por objetivo reconhecer as contribuições individuais atreladas às responsabilidades do cargo, assim como as competências e experiências dos membros postas à disposição da empresa para o crescimento do negócio.

A Companhia acredita que a combinação dos elementos fixos que compõem a remuneração anual com a remuneração variável, alinha os interesses dos executivos aos interesses da Companhia nos curto e longo prazos.

Os programas de participação nos resultados – incentivos de curto prazo – visam a alinhar as prioridades de curto prazo com o planejamento estratégico da Companhia, recompensando o cumprimento de metas anuais (financeiras e não financeiras), com escalas de desempenho mínimo, target e superação de resultados. Os incentivos de longo prazo são instituídos visando promover o alinhamento entre os interesses dos executivos e dos acionistas para garantir a criação contínua de valor. O modelo também visa engajar a administração da Companhia no desenvolvimento e entrega de um plano estratégico consistente, bem como atrair e reter executivos.

A Companhia acredita que a concessão de benefícios aos seus executivos é um instrumento capaz de aumentar a sua capacidade de retenção de talentos, à medida em que alinha os objetivos de curto e médio prazos dos executivos e da Companhia.

(iii) existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável, tendo em vista que, atualmente, todos os administradores da Companhia são remunerados.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que toda remuneração é suportada pela Companhia.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer outra remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

8.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	5,00	6,00	0,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.703.360,00	5.223.042,78	0,00	7.926.402,78
Benefícios diretos e indiretos	180.472,06	429.883,48	0,00	610.355,54
Participação em comitês	253.440,00	0,00	0,00	253.440,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.538.348,11	0,00	4.538.348,11
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	1.818.062,54	0,00	1.818.062,54
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	3.137.272,06	12.009.336,91	0,00	15.146.608,97

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,33	6,42	0,00	11,75
Nº de membros remunerados	5,33	6,42	0,00	11,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.560.000,00	4.946.063,24	0,00	7.506.063,24
Benefícios diretos e indiretos	170.901,57	407.086,63	0,00	577.988,20
Participação em comitês	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.297.678,13	0,00	4.297.678,13
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	847.181,65	0,00	847.181,65
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	2.970.901,57	10.498.009,65	0,00	13.468.911,22

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,75	6,50	0,00	12,25
Nº de membros remunerados	5,75	6,50	0,00	12,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.760.000,00	4.613.947,87	0,00	7.373.947,87
Benefícios diretos e indiretos	157.299,70	358.656,09	0,00	515.955,79
Participação em comitês	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00
Outros	0,00	271.185,54	0,00	271.185,54
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.826.473,01	0,00	3.826.473,01
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	3.157.299,70	9.070.262,51	0,00	12.227.562,21

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,82	5,73	0,00	10,55
Nº de membros remunerados	1,82	5,73	0,00	7,55
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	880.000,00	2.880.583,64	0,00	3.760.583,64
Benefícios diretos e indiretos	169.775,07	308.785,40	0,00	478.560,47
Participação em comitês	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00
Outros	0,00	944.383,14	0,00	944.383,14
Descrição de outras remunerações fixas		Outras remunerações pagas aos administradores em observância ao limite de remuneração global.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.814.282,64	0,00	2.814.282,64
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.169.775,07	6.948.034,82	0,00	8.117.809,89

8.3 - Remuneração variável por órgão

31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	5,00	6,00	0,00	11,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	5.809.120,59	0,00	5.809.120,59
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.809.120,59	0,00	5.809.120,59
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	5.809.120,59	0,00	5.809.120,59
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,33	6,42	0,00	11,75
Nº de membros remunerados	5,33	6,42	0,00	11,75
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	4.297.678,13	0,00	4.297.678,13
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.297.678,13	0,00	4.297.678,13
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	4.297.678,13	0,00	4.297.678,13
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	4.297.678,13	0,00	4.297.678,13
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,75	6,50	0,00	12,25
Nº de membros remunerados	5,75	6,50	0,00	12,25
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	R\$ 3.298.221,87	0,00	R\$ 3.298.221,87
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	R\$ 3.298.221,87	0,00	R\$ 3.298.221,87
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	R\$ 3.826.473,01	0,00	R\$ 3.826.473,01
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,82	5,73	0,00	10,55
Nº de membros remunerados	1,82	5,73	0,00	7,55
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(a) termos e condições gerais

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 16 de novembro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Incentivo 2021, cujo objeto é a outorga, sem contrapartida financeira, de Ações de Matching a executivos, funcionários e prestadores de serviços da Companhia e de outras sociedades sob seu controle (“**Pessoas Elegíveis**”) que venham a ser eleitos pelo Conselho de Administração (“**Participantes**”).

A outorga das Ações de Matching ao Participante será formalizada mediante a assinatura de um Contrato de Outorga de Ações, o qual deverá especificar: (i) termos e condições para aquisição das Ações de Investimento; (ii) o preço de aquisição das Ações de Investimento; (iii) número de Ações de Investimento; e (iv) período de vesting das Ações de Matching (“**Contrato de Outorga**”). Os Contratos de Outorga de Ações serão individualmente celebrados com os Participantes.

(b) data de aprovação e órgão responsável

Os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Outorga de Incentivo de Longo Prazo em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 16 de novembro de 2021 (“**Plano de Incentivo 2021**”).

(c) número máximo de ações abrangidas

As outorgas de Ações de Matching no âmbito do Plano de Incentivo 2021 estarão limitadas a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Vide item 8.4(c) acima.

(e) condições de aquisição de ações

O Plano de Incentivo 2021 tem como base a utilização da Remuneração Variável pelos Participantes para aquisição por eles de Ações de Investimento, sendo que a quantidade de Ações de Investimento adquiridas pelos Participantes será complementada pela Companhia por meio da outorga das Ações de Matching com base no Múltiplo.

Para efeitos do Plano de Incentivo 2021:

- (i) “Ações de Investimento” significa as ações adquiridas pelo Participante com recursos próprios oriundos da remuneração variável devida pela Companhia, com possibilidade de complementação financeira pelo Participante, na hipótese em que a remuneração variável esteja em números fracionados, para complementação do montante que resultará na aquisição dessas ações.
- (ii) “Ações de Matching” significa a expectativa de direito outorgada aos Participantes de receber determinado número de ações de emissão da Companhia, desde que atendidos os termos, e condições estabelecidos no respectivo contrato, no Plano e no programa de outorga do Plano. Para fins de clareza, as Ações de Matching não representam ações, mas sim a expectativa de receber ações, desde que atendidos os períodos de carência, vesting e condições gerais e suspensivas.
- (iii) “Remuneração Variável” significa os recursos de que o participante seja credor da Companhia (ou da afiliada da Companhia com quem um Participante mantenha a respectiva relação de emprego, prestação de serviços ou administração) a título de remuneração variável, incluindo o valor de bônus e participação em lucros e resultados (PLR).

Aquisição das Ações de Investimento

Quando da declaração da Remuneração Variável dos Participantes, a Companhia oferecerá a eles um prazo de 5 (cinco) dias úteis para optar por alocar a totalidade ou parte daquele valor para a aquisição de Ações de Investimento da Companhia.

Outorga das Ações de Matching

O Conselho de Administração deverá aprovar a outorga das Ações de Matching anualmente ou quando entender necessário. Qualquer outorga realizada no âmbito do Plano deverá definir:

- (i) as Pessoas Elegíveis que serão apontadas como Participantes dentre candidatos aprovados pelo Diretor Presidente;
- (ii) a quantidade de Ações de Matching a serem outorgadas a cada Participante, de acordo com um critério de proporcionalidade da Remuneração Variável que o Participante optar por utilizar/empregar na aquisição de Ações de Investimento;
- (iii) metas e condições a serem verificadas para viabilizar o exercício das Ações de Matching; e
- (iv) os termos e condições da outorga e qualquer outra condição adicional que seja julgada necessária ou conveniente.

As outorgas poderão ser realizadas de forma individual ou aglutinadas em programas de outorga aprovados pelo Conselho de Administração de tempos em tempos. A quantidade de Ações de Matching a serem outorgadas a cada Participante será definida com base em um múltiplo da quantidade de Ações de Investimento adquiridas pelo Participante, expressas com base no percentual da Remuneração Variável que o Participante eleger alocar na aquisição de Ações de Investimento (“**Múltiplo**”). Os critérios de definição do Múltiplo serão estabelecidos no respectivo Programa ou outorga específica.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

As Ações de Investimento serão adquiridas pelo Participante a um preço calculado com base na média aritmética da cotação das Ações com base na média aritmética da cotação das Ações nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de aquisição.

Já as Ações de Matching não terão contrapartida financeira a ser paga pelo Participante, de modo que não há preço de exercício a ser pago pelo Participante para outorga e entrega das Ações de Matching.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Quando da declaração da Remuneração Variável dos Participantes, a Companhia oferecerá a eles um prazo de 5 (cinco) dias úteis para optar por alocar a totalidade ou parte daquele valor para a aquisição de Ações de Investimento da Companhia.

A entrega das Ações representadas pelas Ações de Matching ficará condicionada ao transcurso de um período de vesting no qual o Participante deverá permanecer e estar vinculado à Companhia (ou uma Investida da Companhia), observado que referida entrega poderá ser realizada em uma ou mais tranches.

(h) forma de liquidação

As Ações de Investimento serão entregues aos Participantes em até 60 (sessenta) dias contados da data de cada contrato de outorga. A Companhia poderá emitir novas ações, utilizar Ações

adquiridas no mercado e/ou entregar Ações mantidas em tesouraria para satisfazer a entrega das Ações de Investimento.

Para as Ações de Matching, a Companhia, poderá decidir, a seu exclusivo critério, por liquidar as Ações de Matching, no todo ou em parte, por meio da entrega de Ações adquiridas no mercado e/ou mantidas em tesouraria. A Diretoria averiguará a verificação das Condições Suspensivas previstas em cada contrato e notificará o Conselho de Administração e o Participante com o respectivo resultado no prazo previsto em cada contrato/Programa. Caso a apuração constate a verificação de todas as Condições Suspensivas aplicáveis (exceto aquelas que somente podem ser verificadas na Data de Fechamento, conforme definição abaixo), a liquidação das Ações de Matching ocorrerá na sede da Companhia no primeiro dia útil do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre civil ou em outra data a ser definida e notificada pela Companhia ao Participante no período de até 60 (sessenta) dias contados do encerramento de cada trimestre-calendário (“**Data de Fechamento**”). A renúncia a uma ou mais Condições Precedentes dependerá de deliberação do Conselho de Administração.

(i) restrições à transferência das ações

As Ações de Matching outorgadas nos termos do Plano de Incentivo 2021 serão pessoais e intransferíveis, e os Beneficiários em hipótese alguma, poderão transferir ou de alguma outra forma dispor das suas respectivas Ações de Matching a quaisquer outros Terceiros.

As Ações de Investimento adquiridas pelos Participantes serão sujeitas a um período de Lock- Up durante o qual os Participantes não poderão transferir ou constituir ônus, a qualquer título, total ou parcialmente, sobre tais das Ações até o 5º (quinto) aniversário da data do respectivo contrato de outorga (“**Lock-up**”).

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Condições Suspensivas

Sem prejuízo de condições específicas que venham a ser estabelecidas no respectivo programa ou outorga, a entrega das ações representadas pelas Ações de Matching a cada Participante estará sujeita à verificação das condições suspensivas abaixo (“**Condições Suspensivas**”).

- (i) O Participante deverá estar regular e adimplente com suas obrigações perante a Companhia e suas investidas.
- (ii) O Participante não deverá figurar como uma contraparte adversa à Companhia e e suas investidas em qualquer demanda que esteja pendente ou ameaçada na data de verificação de cada tranche.
- (iii) O Participante deverá declarar e garantir à Companhia que, na data da verificação das Condições Suspensivas, o Participante, suas afiliadas e/ou seus respectivos sócios, administradores, empregados, agentes, representantes, ou quaisquer outras pessoas agindo em seu nome ou interesse do Participante e/ou suas afiliadas:
 - (a) não estão sujeitos a quaisquer leis de prevenção e combate à corrupção exceto aquelas vigentes na República Federativa do Brasil.
 - (b) conduziram suas atividades, a todo tempo, de forma íntegra e ética e conforme as leis de prevenção e combate à corrupção.
 - (c) nunca infringiram as leis de prevenção e combate à corrupção, jamais tendo, direta ou indiretamente, oferecido, prometido, pago, dado, ou autorizado, direta ou

indiretamente, o pagamento de vantagem (pecuniária ou não) indevida, quantia em dinheiro, reembolso de despesa, contribuição, benefício, brinde e presente, ou qualquer outro tipo de bem para qualquer: (I) pessoa que seja um oficial, agente, funcionário ou representante de qualquer governo ou dos seus organismos ou a qualquer cliente existente ou potencial (detido ou não por uma Autoridade Governamental), e/ou que ocupe cargo público, eletivo ou não; (II) pessoa relacionada à administração pública nacional ou estrangeira; (III) pessoa relacionada a qualquer sindicato; (IV) candidatos a cargos públicos; (V) partidos políticos ou a escritórios de partidos políticos; (VI) entidade relacionada a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas; (VII) familiar ou terceiro relacionado a qualquer uma das pessoas anteriormente mencionadas; ou (VIII) a qualquer outra pessoa, sabendo ou tendo razões para acreditar que toda ou qualquer parte do dinheiro ou algo de valor oferecido, dado ou prometido facilitaria ou buscaria facilitar: (I) a obtenção de um tratamento favorável nos negócios; (II) remuneraria o tratamento favorável em negócios, (III) facilitaria ou buscaria facilitar a obtenção de concessões especiais ou serviria como pagamento por concessões especiais já obtidas, a favor ou em relação ao Participante, à Companhia e/ou respectivas afiliadas, ou (IV) a violação de qualquer lei em benefício do Participante, da Companhia e/ou respectivas afiliadas;

- (d) nunca foram parte de quaisquer procedimentos de investigação, inquéritos ou processos, no Brasil ou no exterior, voltados a apurar possíveis descumprimentos das leis de prevenção e combate à corrupção, nem receberam qualquer comunicação, notificação, ou intimação relacionados a potencial descumprimento das leis de prevenção e combate à corrupção;
- (e) jamais realizaram qualquer investigação interna sobre potencial descumprimento das leis de prevenção e combate à corrupção, não tendo voluntariamente comunicado a qualquer autoridade ou agência qualquer potencial descumprimento das leis de prevenção e combate à corrupção;
- (f) não criaram ou mantiveram qualquer ativo de origem ilícita em nome próprio ou de terceiros;
- (g) mantiveram livros e registros contábeis e fiscais completos e precisos, incluindo registros de pagamentos a terceiros, como agentes, consultores, representantes, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (h) não financiaram, custearam, patrocinaram ou de qualquer modo subvencionaram a prática dos atos ilícitos previstos em lei; e
- (i) não são, ou foram nos últimos cinco anos, ocupantes de cargo, emprego ou função na administração pública direta ou indireta, nacional ou estrangeira nem são uma Pessoa Exposta Politicamente conforme definida pela Resolução No. 29, de 7 de dezembro de 2017 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF (ou qualquer lei ou regulamentação que venha a sucedê-la.
- (j) não (a) deram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, direta ou indiretamente, o pagamento ou entrega de qualquer vantagem indevida a agente público ou terceiro; (b) ofereceram o pagamento de dinheiro ou de qualquer coisa de valor a qualquer pessoa com o propósito de que este dinheiro ou coisa de valor fosse oferecido, entregue ou prometido, direta ou indiretamente, a um agente público ou terceiro, com o propósito de influencia-lo em sua capacidade oficial, induzi-lo a praticar ou a omitir um ato em violação ao seu dever, ou para obter ou facilitar negócios com qualquer

pessoa; ou (c) ofereceram o pagamento de dinheiro ou de qualquer coisa de valor a qualquer pessoa, cujo pagamento violaria as leis de prevenção e combate à corrupção.

- (iv) O Participante deverá ter observado e cumprido com as condições do período de vesting para a respectiva tranche.
- (v) O Conselho de Administração, se julgar necessário, poderá condicionar a entrega das ações ao atingimento de metas pessoais estabelecidas para cada Participante.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Saída do Participante

A saída do Participante poderá ser decorrente de: (i) iniciativa da Companhia; e (ii) iniciativa, falecimento ou incapacidade permanente do Participante. Exceto se de outra forma previsto no respectivo contrato/programa a saída de um Participante afetará o seu direito de receber as Ações de Matching na forma descrita abaixo.

- (i) Caso a saída ocorra por iniciativa da Companhia de forma imotivada e as Condições Suspensivas:
 - (a) tenham sido cumpridas até a data da saída, o Participante fará jus ao recebimento das ações representadas pelas Ações de Matching para as quais o respectivo período de vesting tenha transcorrido até a data de saída;
 - (b) não tenham sido cumpridas até a data da saída, o Participante não fará jus à liquidação das Ações de Matching, independentemente do transcurso ou não do período de vesting de uma ou mais tranches.
- (ii) Caso a saída do Participante ocorra por iniciativa da Companhia com causa, o Participante não fará jus à liquidação das Ações de Matching, independentemente de as Condições Suspensivas terem sido verificadas ou não e do transcurso ou não do período de vesting de uma ou mais tranches.
- (iii) Caso a saída do Participante ocorra por iniciativa do Participante, e as Condições Suspensivas:
 - (a) tenham sido cumpridas até a data da saída, o Participante fará jus ao recebimento das ações representadas pelas Ações de Matching para as quais o respectivo período de vesting tenha transcorrido até a data de saída;
 - (b) não tenham sido cumpridas até a data da saída, o Participante não fará jus à liquidação das ações representadas pelas Ações de Matching, independentemente do transcurso ou não do período de vesting de uma ou mais tranches.
- (iv) Caso a saída do Participante ocorra pela morte do Participante, os herdeiros do Participante farão jus ao recebimento das ações representadas pelas Ações de Matching cujas Condições Suspensivas tenham sido cumpridas até o seu falecimento, observado que o vesting será dispensado. Neste caso, a entrega das respectivas ações ocorrerá após a emissão do formal

de partilha, do respectivo inventário ou a expiração do período de vesting aplicável, o que ocorrer por último.

- (v) Caso a saída do Participante ocorra pela incapacidade permanente do Participante, este fará jus ao recebimento das Ações de Matching cujas Condições Suspensivas tenham sido cumpridas até a decretação da incapacidade, observado que o vesting será dispensado.

Não obstante o disposto acima, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração após a recomendação do Diretor Presidente, terá a faculdade (mas não a obrigação) de oferecer ao Participante condições mais favoráveis para a saída do Participante.

8.5 - Remuneração baseada em ações (opções de compra de ações)

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores, não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e não há previsão em relação ao exercício social corrente.

8.6 – Outorga de opções de compra de ações

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e não há previsão em relação ao exercício social corrente.

8.7 - Opção em aberto

Não aplicável, tendo em vista que não havia opções em aberto dos administradores da Companhia ao final do último exercício social.

8.8 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi exercida pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.9 - Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Previsto para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	5,00	6,00
N° de membros remunerados	0,00	6,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	5,00	6,42
N° de membros remunerados	0,00	5,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

Não aplicável para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tendo em vista que nenhuma ação foi entregue pela Companhia aos seus administradores em referidos exercícios.

8.10 - Outorga de ações

Previsto para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	5,00	6,00
N° de membros remunerados	0,00	6,00
Data de outorga	N/A	30/04/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	150.090
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	30/04/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	25% com restrição de 4 meses, 25% com restrição de 1(um) ano, 25% com restrição de 2 (dois) anos e 25% com restrição de 3 (três) anos.
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	8,18*
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$1.267.045,34

*valor projetado das ações foi baseado em premissa estatísticas.

Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	5,33	6,42
N° de membros remunerados	0,00	5,00
Data de outorga	N/A	30/04/2022
Quantidade de ações outorgadas	N/A	75.045
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	30/04/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	25% com restrição de 1 (um) ano, 25% com restrição de 2(dois) ano, 25% com restrição de 3 (três) anos, e 25% com restrição de 4 (quatro) anos
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	8,18
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	614.206,70

Não aplicável para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tendo em vista que nenhuma ação foi outorgada pela Companhia aos seus administradores em referidos exercícios.

8.11 - Ações entregues

Não aplicável, tendo em vista que não houve entrega de ações de emissão da Companhia, um vez que nenhuma opção de compra de ações foi exercida pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.12 - Precificação das ações/opções

(a) modelo de precificação

As Ações de Investimento serão adquiridas pelo Participante a um preço calculado com base na média aritmética da cotação das Ações nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de aquisição. Já as Ações de Matching não terão contrapartida financeira a ser paga pelo Participante, de modo que não há preço de exercício a ser pago pelo Participante para outorga e entrega das Ações de Matching.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

As Ações de Investimento serão adquiridas pelo Participante a um preço calculado com base na média aritmética da cotação das Ações nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de aquisição. Já as Ações de Matching não terão contrapartida financeira a ser paga pelo Participante, de modo que não há preço de exercício a ser pago pelo Participante para outorga e entrega das Ações de Matching.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13 - Participações detidas por órgão

A tabela abaixo indica o número de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, por membros do conselho de administração, da diretoria ou do conselho fiscal na data de encerramento do último exercício social, agrupados por órgão:

Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Companhia	29.589.482 ações ordinárias	735.975 ações ordinárias	0	30.325.457 ações ordinárias

Os membros do conselho de administração, da diretoria ou do conselho fiscal não possuíam quaisquer outras ações, cotas ou outros valores mobiliários conversíveis emitidas pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum na data de encerramento do último exercício social.

8.14 - Planos de previdência

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do conselho de administração e da diretoria.

8.15 - Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº total de membros	6,42	6,50	6,00	5,33	5,75	5,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	6,42	6,50	6,00	5,33	5,75	2,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração (Reais)	2.406.754,57	1.920.107,66	1.602.576,67	548.833,94	546.185,49	440.000,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração (Reais)	719.030,40	1.181.449,88	1.022.502,52	480.000,00	480.000,00	440.000,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração (Reais)	1.515.451,91	1.395.425,01	1.158.005,80	514.180,31	511.459,94	440.000,00	0,00	0,00	0,00

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	O número de membros da Diretoria da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2022 - CVM/SEP.
31/12/2021	O número de membros da Diretoria da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2022 - CVM/SEP.

31/12/2020	O número de membros da Diretoria da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2022 - CVM/SEP.
Conselho de Administração	
31/12/2022	O número de membros do Conselho de Administração da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2022 - CVM/SEP.
31/12/2021	O número de membros do Conselho de Administração da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2022 - CVM/SEP.
31/12/2020	O número de membros do Conselho de Administração da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2022 - CVM/SEP.
Conselho Fiscal	
31/12/2022	O número de membros do Conselho Fiscal da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP.
31/12/2021	O número de membros do Conselho Fiscal da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP.
31/12/2020	O número de membros do Conselho Fiscal da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

8.16 - Mecanismos de remuneração/indenização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 - Percentual partes relacionadas na remuneração

A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente:

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Previsão para exercício social corrente a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023	63,63%	0,00%	N/A
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022	58,99%	0,00%	N/A
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021	54,75%	0,00%	N/A
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020	0,00%	0,00%	N/A

8.18 - Remuneração - Outras funções

A tabela abaixo apresenta os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social correte:

	Exercício social (a ser) encerrado em 31 de dezembro de			
	2023	2022	2021	2020
Conselho de Administração	R\$253.444,00	R\$240.000,00	R\$240.000,00	R\$240.000,00
Diretoria	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

8.19 - Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia nos três últimos exercícios sociais e não se prevê para o exercício social corrente.

8.20 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 8.